

ÍNDICE GERAL

NOTA À 3. ^a EDIÇÃO	IX
NOTA À 2. ^a EDIÇÃO	XI
NOTA INTRODUTÓRIA	7
LISTA DAS PRINCIPAIS ABREVIATURAS	9
I. INTRODUÇÃO	
1. Caracterização do Direito Fiscal. A Autonomia do Direito Fiscal como Ramo de Direito	11
2. Princípios Estruturantes	14
3. A Coerência do Ordenamento Jurídico Fiscal	16
4. O Direito Fiscal Geral e os Direitos Fiscais Especiais	18
5. O Direito Fiscal Internacional	19
6. O Direito Fiscal Europeu	21
7. Direito Fiscal, Pluralismos Jurídicos e Globalização	23
II. OS TRIBUTOS	
1. O Conceito de Tributos	26
2. O Sistema Fiscal e Tipos de Normas	28
3. Os Impostos	30
3.1. Conceito e Elementos Essenciais	30
3.2. Elementos dos Impostos nos Estados de Direito	32
3.3. A Posição do Tribunal Constitucional	33
3.4. Conceito de Imposto na Doutrina Portuguesa	34
3.5. Conclusões	36
3.6. Classificações dos Impostos no Sistema Fiscal Português	36
3.6.1. Impostos sobre o Rendimento, o Consumo e o Património	36
3.6.2. Impostos Reais e Impostos Pessoais: A Crise do Imposto Pessoal	41
3.6.3. Impostos Proporcionais, Progressivos e Regressivos	43

3.6.4. Impostos Diretos e Indiretos	45
3.6.5. Impostos de Obrigação Única e Impostos Periódicos	46
4. As Taxas	48
4.1. Conceito e Elementos Essenciais	48
4.2. A Remoção de Obstáculos Jurídicos	49
4.3. A Quantificação das Taxas e o Princípio da Cobertura de Custos	51
4.4. A Manifesta Desproporcionalidade	52
4.5. Conclusões	55
4.6. O Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais	56
4.6.1. A Relação Jurídica Tributária	56
4.6.2. O Objeto das Taxas	56
4.6.3. O Princípio da Equivalência Jurídica	57
4.6.4. A Finalidade das Taxas e O Princípio da Justa Repartição dos Encargos Públicos	58
4.7. A Taxa Municipal de Proteção Civil	59
5. As Contribuições Financeiras	61
5.1. Conceito	61
5.2. As Contribuições Parafiscais	62
5.2.1. As Taxas de Regulação Económica e a Proteção Constitucional dos Contribuintes	63
5.2.2. A Quantificação das Taxas de Regulação Económica	65
5.3. Tributos Extrafiscais e Sanções	66
6. Os Benefícios Fiscais	70
III. A RELAÇÃO JURÍDICA TRIBUTÁRIA	
1. Noções Introdutórias	73
2. Sujeitos da Relação Jurídica Tributária	75
2.1. Categorias de Sujeitos Passivos	76
2.2. Contribuinte, Substituto e Substituído Tributário	78
2.3. A Responsabilidade Tributária: Caracterização, Pressupostos e Procedimento	79
2.4. Casos de Responsabilidade Tributária Previstos na Lei	81
2.4.1. Responsabilidade do Titular de Estabelecimento Individual de Responsabilidade Limitada	81
2.4.2. Responsabilidade Tributária dos Liquidatários das Sociedades	81
2.4.3. Responsabilidade de Gestores de Bens ou Direitos de Não Residentes	81
2.4.4. Responsabilidade em Caso de Substituição Tributária	82

2.4.5. A Responsabilidade dos Corpos Sociais e Responsáveis Técnicos de Sociedades de Responsabilidade Limitada, Cooperativas e Empresas Públicas	84
2.4.6. Responsabilidade Tributária e Culpa	86
2.4.7. A averiguação da culpa dos gestores e responsáveis técnicos	90
2.4.8. Outras Situações que Poderiam Conduzir a Responsabilidade Tributária	92
2.5. Os Promotores e Utilizadores de Esquemas de Planeamento Fiscal Agressivo	93
2.6. A Sucessão Tributária	94
3. Prestação Tributária e Deveres de Cooperação	95
4. Constituição, Alteração e Extinção da Relação Jurídica Tributária	96
4.1. Noções Introdutórias	96
4.2. <i>Tatbestand</i> Sistemático de Imposto	96
4.3. Constituição da Relação Jurídica Tributária	99
4.4. Alteração dos Elementos Essenciais da Relação Jurídica Tributária e o Exemplo dos Preços de Transferência e Dos Acordos Prévios Vinculativos	100
4.5. A Proibição de Moratórias, a Indisponibilidade do Crédito Tributário, o Princípio da Igualdade e os Regimes Excepcionais de Regularização da Dívida Tributária (RERT I, II e III)	103
4.6. A Extinção da Relação Jurídica Tributária	106
4.6.1. Noções Introdutórias	106
4.6.2. As Modalidades de Cobrança ou Pagamento	106
4.6.3. Caducidade	109
4.6.4. Prescrição	110
4.7. Juros Compensatórios, de Mora e Indemnizatórios	111
IV. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS FORMAIS E MATERIAIS	
1. Noções Introdutórias	113
2. Estado Fiscal, Estado-Dívida e a Era Pós-Estado. O Memorando de Entendimento	114
V. O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE FISCAL	
1. Noções Introdutórias	120
2. A Reserva de Lei Fiscal e sua Justificação	121
3. A Reserva de Lei Competencial	122
3.1. Reserva Relativa de Competência da AR em Matéria Fiscal e as Competências de Harmonização Fiscal da UE	125
3.2. As Autorizações Legislativas ao Governo	127

3.3. As Exigências de Determinação das Leis de Autorização Legislativa	128
3.3.1. A Tripla Vertente das Autorizações Legislativas	129
3.3.2. A Função de Orientação Política	129
3.3.3. Sentido das Autorizações Legislativas e os Elementos Essenciais do Imposto	130
3.4. Poder Tributário das Regiões Autónomas	133
3.4.1. Poder Tributário Próprio	135
3.4.2. Criação de Impostos vs. Adaptação dos Elementos Essenciais do Imposto	138
3.4.3. Poder Tributário Próprio e de Adaptação nas Leis das Finanças Regionais	138
3.5. Poder Tributário das Autarquias Locais	141
4. A Reserva Material ou Princípio da Tipicidade Fiscal	143
4.1. Noções Introdutórias	143
4.2. Art. 103.º n.º 2 da Constituição e os Elementos Essenciais dos Impostos	144
4.2.1. <i>An</i> e o <i>Quantum</i> da Obrigação Tributária – A Incidência em Sentido Amplo	145
4.2.2. Lançamento e Liquidação e a Quantificação do Imposto	145
4.2.3. A «Taxa» (Imposto) de Comercialização de Produtos de Saúde, a sua Quantificação e a Reserva de Lei	147
4.2.4. Tribunal Constitucional: Quantificação, Regras Materiais ou Substantivas e Regras Procedimentais ou Processuais	148
4.2.5. A Taxa ou Alíquota	150
4.2.6. Os Benefícios Fiscais no Contexto do art. 103.º, n.º 2, da CRP	151
4.2.7. As Garantias dos Contribuintes	153
4.3. Criminalização, Agravamento, Descriminalização ou Atenuação	153
4.4. Restrições e Desagravamentos das Garantias dos Contribuintes-Administrados	155
5. Determinação e Indeterminação	157
5.1. Conceito	157
5.2. Grau de Determinação Legal Exigível e Controlo Judicial	159
5.3. A Posição da Jurisprudência	162
5.4. Remissões da Lei Formal para Regulamento ou Decreto-Lei não Autorizado	164
6. O art. 103.º n.º 3 da CRP	165
VI. O PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DA RETROATIVIDADE FISCAL	
1. Conceito e Critérios	167
2. Leis Procedimentais e Processuais	168
3. Leis Substantivas	173

3.1. Impostos de Obrigação Única e Impostos Periódicos	173
3.2. As Taxas Liberatórias e as Tributações Autónomas	175
3.3. Conceito de Retroatividade Para Efeitos do IVA	180
4. A Proibição da Retroatividade como Manifestação do Princípio da Segurança Jurídica	181
5. A Posição do Tribunal Constitucional	182
6. Conclusões	188
7. Retrospectividade e Princípio da Proteção da Confiança	189
7.1. Significado de Retrospectividade	189
7.2. Princípio da Proteção da Confiança: Critérios Jurisprudenciais de Densificação	190
7.3. A Pouca Relevância Dada à Proteção da Confiança?	192
7.4. Os Princípios da Proteção da Confiança e da Auto-Revisibilidade das Leis	194
8. Normas Oneradoras e Normas Desoneradoras do Sujeito Passivo	196
9. Cláusulas Antiabuso	196
10. A Lei Retroativa Interpretativa	197
VII. O PRINCÍPIO DA IGUALDADE FISCAL	
1. Noções Introdutórias	199
2. A Justiça Fiscal	201
3. O Princípio da Capacidade Contributiva como Princípio Estruturante e Medida da Igualdade Económica aplicada aos Impostos	201
4. Os Princípios da Capacidade Contributiva, a Comparabilidade e o Benefício	203
4.1. O Princípio do Benefício	204
4.2. A Comparabilidade nos Impostos sobre o Rendimento	
4.3. A Comparabilidade nos Impostos Estáticos sobre o Património: a Verba 28.1 do Imposto do Selo e o Adicional ao IMI	205
4.4. A Comparabilidade nos Impostos Parcelares sobre o Consumo	209
4.5. A Comparabilidade de Pessoas e de Bens Consoante os Diferentes Tipos de Impostos	209
5. A Proibição de Impostos Confiscatórios	211
6. Tributos Sinalagmáticos	212
VIII. O PRINCÍPIO DA TRIBUTAÇÃO DO RENDIMENTO REAL	
1. Tributação do Rendimento Real e Deveres Declarativos e de Cooperação. A Fiscalização	214
2. A Tributação do Rendimento Real das Empresas e a Dedutibilidade dos Gastos	216
3. O Caso da Dedutibilidade de Juros	219

3.1. Os Juros como Gastos Dedutíveis Associados à Gestão de Ativos e à Realização de Investimentos	219
3.2. A Dedutibilidade de Juros Devidos para Financiar uma Entidade Relacionada	220
3.3. A Dedutibilidade dos Gastos após a Reforma de 2014 – A Nova Redação do Art. 23.º do CIRC	224
4. O Alcance da Tributação do Rendimento Real: Limites Traçados pelo Princípio da Capacidade Contributiva e os Direitos de Propriedade e Iniciativa Privada	225
5. A Importância da Tributação do Rendimento Real	227
6. O Mito da Tributação do Rendimento Real	228
7. Métodos Indiretos de Tributação na LGT	231
7.1. Noções Introdutórias	231
7.2. Os Pressupostos para a Aplicação dos Métodos Indiretos	233
7.3. Métodos Indiretos e Diminuição da Medida da Prova	234
7.4. As Manifestações de Fortuna como Presunção de Rendimento Não Declarado	234
7.5. Conclusões	237
8. A Tributação do Rendimento Real e as Tributações Autónomas	238
8.1. As Despesas Não Documentadas e Despesas Confidenciais	238
8.2. Evolução Histórica do Regime Jurídico-Fiscal Aplicável às Despesas Não Documentadas	240
8.3. A Tributação Autónoma	241
8.4. Caracterização da Tributação Autónoma	242
8.5. O Regime das Despesas Não Documentadas no Direito Comparado	245
8.6. Enquadramento Jurídico-Constitucional da Tributação Autónoma	246
8.6.1. A Jurisprudência do STA e do Tribunal Constitucional	246
8.6.2. A Caracterização da Tributação Autónoma pela Doutrina	249
8.7. Conclusões	250
IX. O PRINCÍPIO DA PRATICABILIDADE	
1. As Presunções Inilidíveis e as Tipificações Legais	253
2. A Constitucionalidade das Tipificações Legais	255
3. As Presunções Consagradas nas Normas de Incidência Tributária, os Artigos 73.º e 74.º da LGT e 64.º do CPPT	258
4. A Proibição de Presunções e o Ónus da Prova em Direito Fiscal	261
X. A INTERPRETAÇÃO DAS LEIS FISCAIS	
1. Noções Introdutórias	265
2. A Interpretação da Lei Fiscal Segundo os Critérios de Interpretação	267

3.	A Importação pela Lei Fiscal de Conceitos do Direito Civil e de Outros Domínios Científicos	270
3.1.	A Interpretação Autónoma e o Art. 11.º n.º 2 da LGT	270
3.2.	A Interpretação segundo a Substância Económica dos Factos e o Art. 11.º n.º 3 da LGT	271
4.	A Interpretação conforme à Constituição e ao Direito Europeu e Internacional	272
5.	Indeterminação Legal e Analogia	272
6.	Interpretação Teleológica, Analogia e Abuso	274
XI.	A ELISÃO OU ABUSO FISCAL, EVASÃO E FRAUDE FISCAIS, E PLANEAMENTO FISCAL AGRESSIVO	
1.	Segurança Jurídica e Justiça Fiscal	277
2.	Da Inexistência de Facto Tributário à Evasão e Fraude Fiscais	278
3.	Planeamento Fiscal e Moralidade Fiscal	280
4.	Lacunas Legais Intencionais e Não Intencionais	282
5.	Lacunas Não Intencionais e Disparidades	283
6.	Técnicas Legislativas de Redução das Lacunas Não Intencionais	285
7.	Técnicas Legislativas de Redução das Disparidades	286
8.	A Evasão Fiscal	286
9.	A Elisão ou Abuso Fiscal	287
9.1.	A Necessidade de Cláusulas Antiabuso	287
9.2.	Art. 38.º n.º 2 da LGT	291
9.3.	Planeamento Fiscal vs Abuso Fiscal: O Caso da Isenção das Mais-Valias Resultantes da Alienação de Ações	295
9.4.	Os Preços de Transferência	297
10.	A Elisão Fiscal no Direito Comparado	298
11.	O Princípio do Abuso no Direito Europeu	300
11.1.	Impostos Diretos Não Harmonizados	300
11.2.	Impostos Diretos Parcialmente Harmonizados	301
11.3.	IVA	303
11.4.	Recomendação de Cláusulas Gerais Antiabuso	304
12.	«O Teste da Finalidade Principal» (Principal Purpose Test, «PPT») na Ação 6 do BEPS	307
13.	Evasão Fiscal, Elisão ou Abuso Fiscal e Planeamento Fiscal Agressivo	308
14.	O Planeamento Fiscal Agressivo segundo o Decreto-Lei n.º 29/2008, de 25 de fevereiro	309
XII.	CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA FISCAL PORTUGUÊS	
1.	Introdução	315

2.	O Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	318
2.1.	Unicidade e progressividade	318
2.2.	Rendimento líquido	322
2.3.	Distinção entre categorias	323
2.4.	Sujeitos passivos e agregado familiar	325
2.5.	Englobamento e progressividade v. taxas liberatórias ou autónomas proporcionais	327
2.6.	Taxas especiais	328
3.	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	329
3.1.	Objeto e sujeitos passivos	330
3.2.	Determinação da matéria tributável	330
3.3.	Taxa	334
4.	O IVA	334
4.1.	Características gerais	334
4.2.	Objeto do imposto e sujeitos passivos	335
4.3.	A neutralidade do imposto	336
4.4.	Taxa, liquidação e cobrança do IVA	337
4.5.	Taxas múltiplas e isenções incompletas	338
5.	Os impostos sobre o património	339
5.1.	Considerações gerais	339
5.2.	O IMI	340
5.3.	As taxas do IMI	342
5.4.	O adicional ao IMI	343
5.5.	A iniquidade do IMI e do adicional ao IMI	344
5.6.	A tributação do património mobiliário e a troca de informações	346
6.	O IMT	348
7.	O imposto de selo	349
8.	Impostos especiais sobre o consumo	349
	LISTA DE BIBLIOGRAFIA	353